



O sobe e desce do "black"

(Em Cr\$, cotação de venda)



Expectativa do novo pacote econômico

O governo define a taxa cambial

Brasil renegocia com FMI

670

650

630

610

590

570

550

530

510

490

470

450

430

410

390

370

350

330

310

290

270

250

230

210

190

170

150

130

110

90

70

50

30

10

0

A análise da notícia

As divergências no Governo sobre como deve ser o pacote

Brasília — Os Deputados Jairo Azi e Franca Teixeira, do PDS baiano, recebidos ontem em audiência pelo Presidente da República, revelaram que Figueiredo lhes garantiu: haverá a retirada gradual dos subsídios. Mas, não haverá alterações na caderneta de poupança, entre as medidas que serão adotadas na próxima semana para ajustar a economia brasileira ao acordo negociado com o Fundo Monetário Internacional.

— Os subsídios serão retirados gradativamente, para não pressionar a inflação, afirmou o Presidente, de acordo com o relato dos dois deputados. Às 17h, quando ambos deixaram o Palácio do Planalto, Figueiredo ainda não havia recebido a versão final das medidas recomendadas pelos Ministros da área econômica. Ele garantiu que assim que elas lhe fossem entregues seriam estudadas profundamente.

Participação do Presidente

— Nada será feito sem uma participação direta do Presidente — disse Franca Teixeira, ao revelar que ao final do diálogo ficou com a impressão que ele decidirá sobre tudo, nos menores detalhes. Essa atitude — típica de um regime presidencialista — torna-se uma exigência, em virtude não apenas da repercussão social das medidas, ressaltada na terça-feira pelo Ministro Leitão de Abreu, como pelo fato de ele ter sido colocado na posição de juiz, entre duas correntes que defendem soluções antagônicas para suprimir o déficit público.

Uma delas, liderada pelo Ministro do Planejamento, Delfim Neto (embora sua própria equipe não esteja monologicamente unida em torno de um único ponto-de-vista), defende a retirada dos subsídios em doses homeopáticas. Duas fontes localizadas entre os colaboradores do Ministro Delfim revelaram esta linha de orientação, que se inclina pela preservação de certos subsídios, como o da agricultura, por exemplo.

As providências mais drásticas para adaptar a economia ao figurino do FMI são consideradas por esse grupo moderado da equipe de Delfim — contou uma das fontes — como excessivamente duras para a capacidade política do país de suportá-las. Para melhor cariaturar o quadro, outra fonte disse que o

Governo sempre adotou 50% do que era necessário para corrigir as distorções econômicas internas. Delfim estaria disposto a admitir agora até 70% da receita: dificilmente, sua íntegra. Lembrou que, na verdade, as linhas gerais do pacote já são praticamente do conhecimento público e têm a reprovação da maioria das correntes da sociedade.

Em oposição a esses argumentos, alinharam-se os partidários do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, defensor de um programa econômico capaz de eliminar os subsídios de uma só vez. Se ele fosse seguido, os cortes atingiriam (além da agricultura) as pequenas e médias empresas e o setor exportador. No primeiro caso, porque o Banco Central alega que os bancos privados negociam o crédito subsidiado para capital de giro em troca da compra de Certificado de Depósitos Bancários (CDBs); e no segundo, porque os técnicos do BC fizeram as contas e chegaram à conclusão que a maxidesvalorização do cruzeiro é suficientemente remuneradora das exportações, revela um dos colaboradores de Langoni.

Acordo PDS-PTB

Como cenário dessas diferenças de opinião, figura um segundo problema — de acordo com observações de uma qualificada fonte do Governo — com a qual as autoridades defrontam-se desde a semana passada. Trata-se do acordo político entre o PDS e o PTB, responsável pela liberalização da política salarial e da legislação sindical. A extensão da correção dos salários na base de 100% do INPC para a faixa até sete salários mínimos — na apreciação dessa fonte — colocou "o carro adiante dos bois".

Ou seja, antes de resolver as dificuldades econômicas, o Governo concedeu facilidades no front econômico. E agora está às voltas com o delicado dilema que é a necessidade de recolocar no devido lugar a ordem de suas prioridades, onde figura em primeiro plano — explica a fonte — as soluções para o déficit público, a inflação e o financiamento do balanço de pagamentos.

Uma fonte com estreitas ligações — tanto afetivas quanto funcionais — com o Ministro Delfim Neto alega que as futuras medidas, que

em qualquer hipótese serão necessariamente "dolorosas", têm que ser assumidas por todo o Ministério. Admite que, nesse front o Ministro está encontrando resistências.

Entre os técnicos que revelam o pensamento de Langoni, colhem-se também queixas relativas a outra barreira: na visita que o presidente do Banco Central fez ao FMI no mês passado, ouviu votos de fé na meta de superávit comercial de 6 bilhões de dólares. Mas, ao mesmo tempo, desconfiança quanto ao controle da inflação — especialmente no caso do acompanhamento do "crédito líquido interno", que contabiliza o déficit, levando em consideração as contas externas. O descontrole desse crédito foi o principal responsável pela suspensão da segunda parcela de 411 milhões de dólares do empréstimo do FMI ao Brasil.

Dados concretos

Por isso, Langoni mudou o discurso, porque se convenceu de que não será mais possível justificar o tumulto das contas nacionais junto ao FMI, que a partir de agora só aceitará os efeitos práticos de um rigoroso programa de ajustamento. Langoni — disse a fonte — não está mais disposto a voltar lá a não ser com dados concretos, que caminhem na direção daquilo que o Fundo lhe cobra.

No balanço de todas as circunstâncias discutidos em função do "pacote", um assessor do Ministro Delfim Neto vaticinou, contudo, que há um elevado nível de insegurança quanto à eficiência de um tratamento de choque. Confidenciou que os prejuízos para a credibilidade da equipe econômica seriam enormes se fosse adotada, por exemplo, a desindexação, uma vez que isso contraria frontalmente a Resolução 802 do Banco Central, que assegura: inflação, correção monetária e taxa de câmbio caminharão juntas até o final do ano. O "grosso do pacote", na sua expressão, será mesmo o corte nos gastos da estatais.

Todas essas contradições, que passaram a germinar com intensidade desde a semana passada em Brasília, e atingiram ontem sua temperatura mais elevada, é que explicam por quê: 1) de um lado, Langoni sustenta críticas à maneira pela qual o Governo contemporizou até agora com a inflação e prega uma autêntica mudança de comportamento; 2) do outro, o Ministro Delfim Neto desmente todos os ingredientes já conhecidos do "pacote" que implicam um impacto radical, como o expurgo do INPC e ou a desindexação da correção monetária.